

LÓGICA, ENUNCIÇÃO E COGNIÇÃO: TRÊS MOMENTOS NO ESTUDO DA PRESSUPOSIÇÃO

Karen Muniz Feriguetti

RESUMO

A nascente do fenômeno da pressuposição está na Filosofia, inicialmente na Lógica, com Frege (1892). Desde então, esse autor tem sido associado a correntes tanto filosóficas quanto linguísticas, e, ainda no século passado, participa de um grande desenvolvimento tanto da Semântica quanto da Pragmática. Sob o enfoque da Lógica e sob a perspectiva da Linguística Formal, embora haja um diferencial nos estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987), sob a ótica da Semântica Argumentativa, a pressuposição é percebida em termos de imanência. Diferentemente, com o desenvolvimento dos estudos em Linguística Cognitiva, com Lakoff (1980 e 1987) e Fauconnier (1994, 1997), a pressuposição passa a tomar parte no processamento cognitivo da produção de sentido, com suas intenções e com seus usos comunicativos, a ser compreendida em termos de “gatilhos”, ativadores de Modelos Cognitivos Idealizados e introdutórios de Espaços Mentais. Palavras-chave: Pressuposição, Linguística Formal e Linguística Cognitiva.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que há tempos duas grandes correntes de pensamento dominam os estudos linguísticos: o formalismo e o funcionalismo. Pode-se repetir a metáfora que Salomão (1997) tomou a Piatelli-Palmarini (1983) “(...) de um lado o cristal (imagem da invariância e da regularidade de estruturas específicas); do outro, a chama (imagem da constância de uma forma global exterior, a despeito da incessante agitação interna). (...)” (PIATELLI-PALMARINI (1983) apud SALOMÃO, 1997, p. 23). De um lado, língua/linguagem como produto acabado, lapidado, portadora dos sentidos; de outro lado, língua/linguagem em seu uso, tendo em

vista as complexas operações cognitivas que subjazem ao seu uso, encarada como processo. No entanto, a despeito do embate formalismos/funcionalismos, pode-se observar que muitos fenômenos de sentido, engendrados pela língua, dentre eles a pressuposição, foram tratados dentro da filosofia clássica e formalista, como uma espécie de tradição intelectual dominante. Assim, para sua estruturação e cristalização, do modo como o conhecemos contemporaneamente, teve contribuições de Frege (1892 [1978]) e de Russel (1905 [1989]), dentro da Filosofia Lógica. Já na Escola de Oxford, recebeu contribuição de Strawson (1950 [1975]) e Austin (1962 [1990]).

Desse modo, desde suas origens, na filosofia, com o próprio Frege (1892 [1978]), a pressuposição esteve invariavelmente e abrangentemente relacionada aos denominados estudos do sentido. Entretanto, o fato mais interessante, sem embargo os estudos filosóficos, é que a pressuposição dentro das fronteiras da Linguística está, também, invariavelmente, relacionada tanto à Semântica quanto à Pragmática, disciplinas opostas entre si. Dentro dos limites da linguística formalista, nos estudos pressuposicionais, a proeminência de Ducrot (1977, 1981, 1987) conduz a se pensar num diferencial nos estudos pressuposicionais, pois defende para o seu estudo aliar Semântica e Pragmática, o que já se constitui em um avanço significativo. (DUCROT, 2005) Contudo, na contramão dos estudos formalistas sobre pressuposição não de estar os estudos de base cognitivista. Uma vez que esse terceiro enfoque, a abordagem da Linguística Cognitivista, apontará prioritariamente para os processos pelo qual a pressuposição se manifesta, com suas intenções e usos comunicativos; em detrimento da abordagem ou centrada meramente nos dados linguísticos ou ainda o linguístico meramente agregado aos usos e às intenções, premissas ligadas ao enfoque formalista clássico e ao enfoque de determinado tipo de funcionalismo (vide Salomão 1997). Dentro dessa perspectiva, reveste-se de importância autores tais como Lakoff Et Johnson (1980), Lakoff (1987), Fauconnier (1994, 1997) e Marmaridou (2000).

Assim, na pesquisa que resultou na dissertação descrita neste artigo, contrapôs-se essas três abordagens distintas dos estudos pressuposicionais: a Abordagem Filosófica, a Abordagem da Linguística Formal e a Abordagem da Linguística Cognitiva, presentes, respectivamente, as duas

primeiras no formalismo e a terceira no cognitivismo de base realista experiencial. O objetivo foi demonstrar a abrangência de uma abordagem centrada nos postulados cognitivistas, diferentemente do tratamento formalista, que oscila entre aspectos semânticos e pragmáticos da pressuposição linguística ou meramente os reúne. Para tanto, resenhou-se autores significativos por sua contribuição ao tema e se empreendeu uma análise contrastiva de uma propaganda da 58ª SBPC, presente na revista *Ciência Hoje*, mês de julho.

2. ABORDAGEM FILOSÓFICA

A pressuposição teve início na lógica com os estudos de Frege, ele separou o pressuposto com a sua famosa proposição:

- (1) Aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria.

Essa descoberta auxiliou na percepção de duas instâncias que se encontram imbricadas no que está linguisticamente expresso, um deles vem na superfície do que está dito e o outro emerge a partir dela, pois “Que o nome Kepler designa algo é uma pressuposição tanto da asserção (afirmativa) [...] quanto da asserção contrária (sua negação) [...]” (FREGE, 1892 [1978], p. 75). Assim, o pressuposto nesse caso é a expressão:

- (2) Alguém descobriu a órbita elíptica dos planetas.

A discussão girará em torno do pressuposto sob uma perspectiva verificacionista, Frege (1892 [1978]) trata a pressuposição em termos da referência. Segundo ele, para que a asserção possa ser verdadeira, isto é ter sentido, é preciso que tenha condição e valor de verdade. Propõe então o teste de negação, em que tanto:

- (3) Aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas não morreu na miséria; quanto:
- (4) Aquele que não descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria.

Pressupõem (2). Nota-se que a pressuposição, no caso da negação, se mantém tanto na proposição (1) quanto nas proposições (3) e (4), expressa em (2). Em face disso, o filósofo propõe que a negação seja um dos testes para se aferir o dado pressuposto.

Russel (1905 [1989]), então, retoma Frege (1892) para refutá-lo no que concerne às condições de verdade e no que diz respeito ao sentido, com vista à pressuposição e erige a sua famosa Teoria das Descrições Definidas. Desse modo delinea a pressuposição em termos de denotação e subdivide o que pode ser pressuposto em duas possibilidades: um pressuposto de existência e um pressuposto de unicidade. Com a seguinte frase:

(5) O atual rei da França é sábio.

propõe que a possibilidade de sentido vem circunscrita a uma existência pressuposta do suposto rei. Desta feita, tendo em vista o pressuposto de existência, tem por assente o seu valor de verdade, mas tendo em vista um pressuposto de unicidade, não se atende às condições de verdade. Segundo Levinson (1983), a Teoria das Descrições Definidas, ajudou a resolver um problema denominado *ambiguidades de escopo* (scope ambiguities), concernentes ao alcance da negação. Russell (1905 [1989]), com esse postulado, refuta o teste de negação proposto por Frege (1892 [1978]). Assim, nas sentenças (6) e (7):

(6) *O Rei da França é sábio.*¹

(7) O Rei da França não é sábio.

a verdade do pressuposto se mantém ou se anula, caso se opere com um escopo amplo ou com um escopo restrito. Assim, a negação de escopo amplo “[...] permite que usemos [...] [O rei da França não é sábio] para negar que o rei da França exista [...]” (LEVINSON, 1983, p. 215), anulando o pressuposto da existência real; ou, de outro modo, se a negação for de escopo estreito, “[...] apenas nega que o predicado se aplique a ele”,

¹ Exemplo que consta em Levinson (1983) e assim traduzido por Luís Carlos Borges e Anibal Mari.

ou seja, nega a sapiência real (LEVINSON, 1983, p. 215), o que mantém o pressuposto existencial.

Opondo-se a Russel (1905 [1989]) e se aproximando de Frege (1892 [1978]), encontra-se Strawson (1950 [1875]). No raciocínio de Strawson (1950 [1975]) o pressuposto existencial não pode se fazer logicamente, sem ter atendido valor e condições de verdade. Na verdade ele encontra uma nervura na teoria russeliana, que tenta se livrar da condição de verdade, que se constitui, para ele, em um problema para a falta de referentes expressos no mundo. Leva mais longe as questões concernentes ao uso, propondo que há a sentença, a utilização da sentença e a elocução da sentença. No que concerne, por exemplo, ao Rei da França, haveria duas possibilidades que mudariam radicalmente o sentido, e o que se pode pressupor, quando do uso dela, pois uma situação é a sua elocução e o seu uso no reinado de Luís XIV, outra, a sua elocução nos dias atuais. Separa, de modo particular, implicar de pressupor, pois o que se tem é uma pressuposição de crença e uma implicação de existência, que pode se realizar ou não.

Se em Strawson (1950 [1975]) se encontra uma forte inclinação pragmaticista da linguagem, em Austin (1962 [1990]) essa inclinação se reverbera com mais intensidade, pois falar, de um modo muito próprio, é fazer. Assim, pressupor não tem relação direta com a verdade ou falsidade do que se afirma, mas com as condições de felicidade relativas ao ato, diga-se, a possibilidade de o ato se realizar (KOCH, 1984). Propõe o seguinte exemplo:

(8) Os filhos de João são calvos.

que pressupõe que João tenha filhos, seja mantida ou não a relação de calvície. Entretanto, se João não tiver filhos e mesmo assim eu afirmo algo desses supostos filhos, instaura-se o mesmo tipo de relação quando se diz batizo sem ter a condição legal para fazê-lo, ou quando prometo sabendo que não vou cumprir, nesse caso o ato proferido não é nem falso, nem verdadeiro, mas vazio, em pragmática, infeliz. Desse modo, Austin (1962 [1990]) dá sustentação à pressuposição com o postulado das condições de felicidade. Se os pressupostos falham, o que significa

colocá-los nivelados como falsos, o ato não se realizará, mas se forem verdadeiros, o ato terá atendido as condições para ser um ato feliz com a manutenção dos pressupostos. E isso está colocado em termos de atos de fala, não somente em termos assertivos.

3. ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA FORMAL

Dentro dos limites da Linguística Formal, duas perspectivas opostas se digladiam em torno dos estudos sobre a pressuposição, a Semântica e a Pragmática. Para Ilari (2000), esse contraste existe porque “[...] semântica e pragmática como disciplinas [...] tratam, respectivamente, de aspectos da interpretação que são em princípio calculáveis [no caso da Semântica], e de aspectos não-redutíveis a um cálculo [caso da Pragmática]” (ILARI, 2000, p. 152). Não obstante o mais comum seja que os pontos de vista pendam ora para Semântica, ora para a Pragmática, há que se destacar os estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987) sobre a pressuposição². Ilari (2000) revela que muito embora Ducrot (1977) “[...]caracterize o pressuposto como uma propriedade semântica de certas palavras ou construções [...] também entende que o pressuposto representa um certo tipo de ação verbal do locutor, e por isso invade a pragmática” (ILARI, 2000, p. 156, ver nota explicativa 3). Ducrot (1977, 1981, 1987) busca fazer interagir Semântica e Pragmática, pois “Certamente, o sentido se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção ‘pragmática’ do sentido é dirigida pelo valor propriamente linguístico [leia-se semântico - comentário meu] das palavras que se devem interpretar” (DUCROT, 2005, p. 11).

Inicialmente, para desenvolver o conceito semântico de pressuposição, assenta sua teoria na concepção de implícito e em pares dicotômicos, ao modo estruturalista. Expõe que existem dois expedientes para a implicação: o implícito do enunciado e o implícito fundado na enunciação. O implícito do enunciado “assinala linguisticamente” os fatos que se deseja expor de maneira não explícita (pressupor) e o implícito fundado na enunciação ocorre quando se faz intervir o próprio fato

² Segundo Koch (1984) uma das noções basilares de sua obra.

da enunciação junto ao conteúdo linguístico (subentender). Segundo Ducrot (1977), as pessoas se servem da língua para dizer coisas de modo a poderem se eximir, dizer sem dizer, dizer e não dizer, dessa maneira o implícito é instaurado basicamente por duas razões: os tabus linguísticos e a polêmica. Afirma a tese de que a pressuposição instaura um quadro, emoldura as possibilidades discursivas e de continuidade de diálogo. Um exemplo, proposto por Ducrot (1977) e frequentemente explorado na literatura especializada, ratifica esses postulados:

- (9) Pedro parou de bater em sua mulher.
 - a. Posto: Pedro atualmente não bate na mulher.
 - b. Pressuposto: Pedro tinha o hábito de surrar sua mulher.
 - c. Ato ilocucional: informar um determinado comportamento de Pedro em relação à esposa.
 - d. Instaura-se um quadro de diálogo onde se tem por central as homéricas surras de Pedro na mulher.

Ducrot (1977, 1981) percebe que a pressuposição está no jogo de fala. Presume a existência de um ato de pressupor, um ato ilocucional de pressupor, que, além de instaurar o quadro discursivo, muda a situação jurídica dos participantes do diálogo, cria um inescapável universo de discurso. Em uma fase mais tardia, Ducrot (1987), segue reiterando seus postulados básicos, não obstante se encontrarem reformulações embrionárias, como a oposição pressuposto e subentendido, e em momentos precedentes, quanto aos procedimentos de implicação. A essa concepção oposicionista denomina de “concepção antiga”, e em sua reformulação, não opõe mais pressuposto a subentendido, colocando inclusive que a pressuposição que interessa mais de perto ao linguista é a quem vem circunscrita ao enunciado, no entanto, frisa que ela pode vir circunscrita à situação de enunciação. Defende as relações intrínsecas entre pressuposto, significação e frase, em face de outras relações entre subentendido, sentido e enunciado. Nesse momento alça o pressuposto ao *status* de parte integrante do sentido do enunciado e relaciona o subentendido ao modo como o sentido deve ser decifrado pelo interlocutor.

No tratamento do fenômeno pressuposicional empreendido por Ducrot (1977, 1981, 1987), pode-se notar que algumas regularidades, dentre elas: (a) a pressuposição cria um universo inescapável de discurso e o quadro

se estabelece pela crença na verdade do que se encontra pressuposto, instaurando a possibilidade ou impossibilidade de continuidade de diálogo; (b) a pressuposição é um procedimento de implicação, que propicia encobrir os tabus linguísticos e a polêmica. Constitui, ainda, mérito de Ducrot desenvolver a pressuposição sob uma perspectiva puramente linguística, imprimindo uma marca estrutural aos estudos semânticos, sem desprezar seu valor pragmático.

4. ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

A Linguística Cognitiva opõe-se diretamente à corrente formalista em todas as suas instâncias, pois prevê a linguagem e a cognição constituindo-se mutuamente. Os elementos da gramática têm uma base conceptual e, portanto, não retiram o seu sentido de algum dado objetivo, mas do conjunto dos elementos constitutivos do sentido. Nessa medida, não se entende a existência de um sentido literal, mas se entende os sentidos se formando a partir de uma base conceitual capaz de relacionar expressões diversas entre si e cuja diversidade se funda no modo como se apresentam construídas. Significa: diferentes construtos, diferentes sentidos. Os construtos, por sua vez, estão relacionados aos domínios cognitivos, responsáveis pela emergência dos significados. Na base da formação dos significados, refinados processos se identificam, tais como, o processo de categorização, as relações metafóricas e metonímicas, as inferências, a distinção dado-novo, a própria pressuposição, dentre outros. Nessa perspectiva, então, a pressuposição é constitutiva da linguagem/cognição humanas e pode-se dizer que os significados se constroem com base em intrincados processos mentais concomitantes aos fenômenos gramaticais. (SALOMÃO, 1997) Então o significado não é algo que se faça com base na referência ou na condição de verdade como o queria Frege, ou é apenas relativo a um fazer com a linguagem, como o preconizou Austin, ou ainda se constrói apenas no jogo da linguagem, contextualmente, como o faz Ducrot, mas é produto do próprio funcionamento da mente/linguagem, como o defendem Lakoff, Johnson e Fauconnier. O sentido se estabelece por mapeamento de domínios, os denominados domínios cognitivos. Os domínios cognitivos dividem-se em domínios estáveis e em domínios locais de conhecimentos.

Os domínios estáveis são domínios estruturados de experiência que dizem respeito a estrutura de memória social ou pessoal. Dentre esses domínios, pode-se destacar os Modelos Cognitivos Idealizados, modelos que não se ajustam objetivamente à realidade, doravante MCIs. Os MCIs são conhecimentos estruturados por nossa experiência, socialmente produzidos e culturalmente disponíveis.³ Esse conhecimento é compartilhado por todos os membros de determinada comunidade e se encontram na base da formação dos significados das formas linguísticas, que são entendidas porque provém acesso aos domínios por eles compreendidos. (LAKOFF, 1987; MARMARIDOU, 2000) Fazem parte dos domínios estáveis, além dos MCIs, os esquemas genéricos e as molduras comunicativas. Os esquemas genéricos são esquemas constituídos culturalmente e que se organizam em termos de noções, tal como as noções de orientação alto/baixo. Desse modo, são configurações muito abstratas, que desempenham relevante papel tanto na aquisição da linguagem quanto nas projeções (basicamente metafóricas) que deles surgem. As Molduras comunicativas referem-se às diversas informações constantes na configuração das variadas experiências comunicativas que vivenciamos ao longo da vida numa dada sociedade, tais como tipos diferenciados de eventos: jogos, aulas, passeios, festas, congressos, etc., amplamente relacionadas às diversas culturas e aos diversos eventos que dela fazem parte, e cada qual desses eventos tem um feixe de informações que o identifica como tal. (MIRANDA, 1999)

³ A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados assenta-se, dentre outras teorias, na Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch, que postula que as tradicionais categorias aristotélicas não são estanques, mas fluidas, e que dentro delas existem exemplos representativos, os denominados protótipos. Assim, um exemplo clássico de MCI, que vem tomando outros contornos com o passar do tempo, nas diferentes culturas em que está inserido, postulado por Lakoff (1987), levando-se em conta a Teoria de Rosch, é o modelo de mãe. Esse modelo, conforme se faz notar, já sofreu mudanças e têm sofrido outras, de uma época para outra e até de uma região para outra. Em lugares menos cosmopolitas e desenvolvidos, mais frequentemente, tem-se no Modelo Cognitivo Idealizado de mãe, dona-de-casa, progenitora, casada, o que estaria mais próximo do modelo prototípico do ser mãe, do que o de mãe que trabalha fora, ou adotiva, ou solteira ou de aluguel, já distantes do protótipo. Com isso, pode-se notar que os significados não se encontram exclusivamente na forma ou simplesmente na realização da forma em contexto, pois as diversas instâncias de experiências com e no mundo, mais precisamente na realidade sensível, são constitutivas dos sentidos.

Os domínios locais são representados pelos Espaços Mentais, estruturas cognitivas representativas de noções lógicas e de noções inferenciais, que são construídas durante o discurso, estruturas extremamente efêmeras, portanto, visto que são erigidas no decorrer do discurso, operando no momento mesmo em que falamos, construindo os referentes (FAUCONNIER, 1994). Os espaços mentais, propostos por Fauconnier (1994), são constructos mentais ligados aos processos de referenciação e se constroem por intermédio dos introdutores de espaços mentais, os denominados *gatilhos*. Nessa perspectiva qualquer item linguisticamente expresso pode ser denominado *gatilho*, assim, os itens linguísticos realizados são os responsáveis por construir ou introduzir o espaço mental. Fazem-se representar por sintagmas adverbiais, sintagmas preposicionais, sentenças ou mesmo expressões inteiras, tais como, as descrições definidas. Retorne-se à célebre frase russelliana, por exemplo, tratada em termos de espaços mentais, fica disposta como na figura 1:

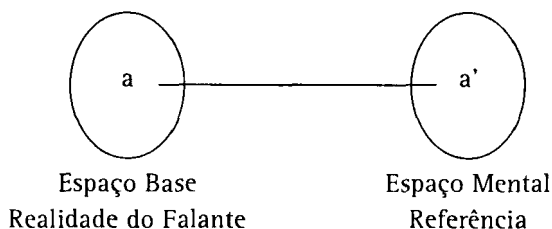


FIGURA 1 - Projeção da referência O rei da França
EB.....O rei da França é calvo (perspectiva do sujeito discursivo)
EM.....o rei = Referência
Gatilho.....A descrição definida O rei da França

Tais espaços representam uma das complexas operações mentais linguístico-cognitivas instanciadoras da expressão comunicativa. No entanto, tais expressões são apenas o que se tem de mais visivelmente apresentável em relação ao conjunto dos processos envolvidos na atividade de linguagem. Do mesmo modo, as pressuposições, tomadas à noção de *gatilho*, podem ser responsáveis por abrir os espaços mentais, assim, verbos factivos, clivadas, pseudo-clivadas e até mesmo as descrições definidas, são considerados acionadores pressuposicionais, podem ser introdutores de espaços mentais. Certas expressões, além de terem a função de fazerem surgir os espaços mentais, estruturam, ainda, domínios estáveis de conhecimento, projetando e enquadrando a referência.

5. ANÁLISE

Tome-se à propaganda da 58ª SBPC, publicada na revista *Ciência Hoje* de junho de 2006, o texto principal, aquele que de fato foi alvo da análise na pesquisa: *Participe do maior evento científico da América Latina*. Para submeter tal proposição imperativa a um tratamento que identifique e confirme a existência dos implícitos reconhecidos como pressuposições, serão aplicados, em primeiro lugar, os tradicionais testes lógicos⁴, inicialmente propostos em Frege (1892 [1978]), o teste de negação⁵ e o teste de interrogação. Tais testes têm por finalidade demonstrar que a pressuposição resistirá em face das modalidades aplicadas, subsistindo aos testes como elemento linguístico. Então, a partir da assertiva, aqui tomada à peça propagandística:

(10) Participe do maior evento científico da América Latina.

Aplicando-se os testes lógicos:

- (a) Não participe do maior evento científico da América Latina. (teste de negação)
(b) (Teste de interrogação: *não se aplica ao caso do imperativo*)⁶

⁴ Para Cançado (2005) a pressuposição envolve uma família de implicações tendo em vista a oração acabada: a declarativa, a negativa, a interrogativa e a condicional antecedente, afirmando que Frege (1892) sustentou esse raciocínio. Koch (2002), não obstante, revela que o referido teórico utilizou apenas dois critérios: o da negação e o da interrogação. A posição tomada neste trabalho em face da resenha de Frege (1892) aqui empreendida entra em concordância com Koch (2002).

⁵ É interessante dizer que o teste de negação pode ser feito tanto por intermédio do advérbio *não*, como pela paráfrase *É falso que*. No caso dessa peça publicitária aplicar-se-á a declarativa negativa, ou seja, *não*....

⁶ Para Cançado (2005) a pressuposição envolve uma família de implicações tendo em vista a oração acabada: a declarativa, a negativa, a interrogativa e a condicional antecedente, afirmando que Frege (1892 [1978]) sustentou esse raciocínio. Não obstante, Koch (1984) revela que o referido teórico utilizou apenas dois critérios: o da negação e o da interrogação. A posição tomada neste trabalho, em face da resenha de Frege (1892 [1978]), entra em concordância com Koch (1984). Embora, para esse caso, em especial, só se aplique o teste de negação, devido ao fato de não se poder superpor um modo oracional sobre outro, no caso o interrogativo sobre o imperativo.

Verificam-se então os seguintes pressupostos:

- (pp1) Pode-se participar de eventos científicos de todo porte na América Latina; (pp2) - Participar da SBPC é participar do mais importante dos eventos da América Latina; (pp3) - Pode até haver outros eventos maiores na América Latina, mas não científicos.

Assim, diante da negação, observa-se que os três pressupostos, (pp1), (pp2) e (pp3) se mantêm, ou, na linguagem da semântica lógica, resistem. Significa dizer que de (10) inferem-se (pp1), (pp2) e (pp3). Em face da aplicação do teste de negação e da resistência de determinados conteúdos, expressos em (pp1), (pp2) e (pp3), podem-se considerá-los conteúdos semânticos de (10). Com isso encontra-se pressuposta a referência – SBPC, tomando-se por assente o referente e a verdade desse acontecimento, do evento, ou seja, a sua existência. Abordando-se, ainda, as questões relacionadas à verificabilidade e à referência, o artigo *o*, parte integrante de expressões consideradas inicialmente por Russell (1905 [1989]) como descrição definida (RUSSELL, 1905 [1989]; STRAWSON, 1950 [1975]), presente na expressão analisada, conduz à inferência de um pressuposto particularizado, ou seja, infere-se, já num momento inicial, que se trata de um evento em particular, em especial. Também os determinantes maior e científico fazem parte desse caráter restritivo do componente designativo, presente na asserção, que o torna individualizado e específico. Pressupõem-se, então, além da existência, realizada em face da referência, a unicidade e a particularização, visto que não se trata de mais um evento e nem de qualquer outro evento e sim daquele evento específico. Embora os outros tenham sua existência evocada, a existência de um evento em particular está expressa, que se constitui no maior evento, que se constitui num evento científico e, ainda, que se constitui no maior evento científico. Para os objetivos perseguidos pela peça publicitária, é a descrição que resume adequadamente o que seja a SBPC. Ainda é possível esmiuçar e apontar o pressuposto, sob o ponto de vista da filosofia, com uma perspectiva diferenciada, inclusive em termos *do que* se está pressuposto, ao se tomar o direcionamento austiniano, é mister abordar dois pontos: o estatuto ilocucional dessa proposição, ao ser proferida enquanto ato, e as condições de felicidade, condições para que o referido ato se faça, de

fato, valer. No que tange ao ato ilocucional, do ponto de vista de Austin (1962 [1990]), estão pressupostos no texto em foco: o ato de convidar/ordenar (presença do imperativo), e o ato de informar (que se desdobra do primeiro); nessa perspectiva o ato de convidar e o de informar compõem o conjunto de pressuposições exaradas pelo texto propagandístico em foco. Do ponto de vista das condições de felicidade e da manutenção dos pressupostos, observa-se que as propagandas têm um estatuto social constituído para estabelecer determinados atos, tais como, o de convencer, o de comparar, o de convidar, o de informar, dentre outros, com amplas possibilidades de emprego.

Se do ponto de vista da lógica, o emprego normal de um enunciado estava pautado em determinadas condições para o seu emprego lógico, e, sob a perspectiva da filosofia analítica, sustentava-se ainda por essas condições de emprego, sob um direcionamento embrionariamente pragmático (KOH, 1984); do ponto de vista linguístico, tomado a Ducrot (1977, 1981, 1987), a pressuposição terá um tratamento que utilizará o método que privilegia a estrutura, no que concerne à apreensão dos elementos e às relações opositivas (sintáticas e semânticas) que possa engendrar, não enfatizará, portanto, um tratamento, a priori, nem verificacionista nem referencial. Desse modo, as inferências serão analisadas da mesma forma que os elementos presentes na estrutura da língua, engendrando desde distinções discretas entre os elementos (caso do posto e do pressuposto) até oposições (caso do pressuposto e do subentendido, a qual Ducrot (1977) opõe como duas formas de implícitos, e para o trabalho dissertativo importou o primeiro, com vistas à análise). A pressuposição será tratada como elemento semântico, na verdade terá estatuto linguístico e pragmático, dentro de um modelo estruturalista, mas que se quer também semântico argumentativo. Destaque-se novamente o enunciado e apreenda-se dele, à moda de Ducrot, posto e pressuposto:

- (10) Participe do maior evento científico da América Latina
- (10)(a)pp Acontecem eventos científicos menores na América Latina
- (10)(b)p Acontecerá o maior evento científico da América Latina

O pressuposto emoldura o quadro discursivo de modo tal que estabelece e regula o debate, mantendo tanto a continuidade de sentidos, quanto

a continuidade discursiva, se esse quadro for aceito pelo interlocutor (DUCROT, 1977, 1987). Ao seguir o fio enunciativo da sentença, para o estabelecimento do quadro discursivo, tem-se: o convite (com estatuto de ordem), a informação e o evento. Os atos, de convidar e de informar, suscitam no interlocutor uma forma de comportamento, a saber, aceitar o convite ou recusá-lo. No entanto, para a manutenção discursiva, para a continuidade do diálogo, é necessário que o pressuposto se mantenha, seja ele, na verdade, considerado particularmente um ato. Desse modo, nos moldes de Ducrot, não se poderia, em tese, refutar o pressuposto, pois fazê-lo tem por preço a interrupção do diálogo ou a instauração da polêmica.

No caso da peça propagandística em específico, faz parte do quadro discursivo, como pressuposto, a existência de outros eventos de pequeno porte, e isso é uma estratégia de desvalorização dos outros eventos e valorização do evento em questão. Note-se que o evento não é um dos maiores, mas o maior, não particularizá-lo seria menos direto, mas, ainda assim, suspeito. Na verdade, o enunciado engendrado está estabelecido de modo a capturar o interlocutor, colocá-lo numa situação discursiva praticamente constrangedora, num quadro discursivo com estatuto de quase imposição, pois, dependendo da forma de não aceitação do convite, isso implicará, direta ou indiretamente, estrangular o pressuposto. Essa perspectiva assinala a primazia da forma linguística, da imanência, mas de um ponto de vista particular assinala também a sucumbência da forma a motivações pragmáticas⁷, quando toma a noção de ato de fala a Austin (1962 [1990]).

Autores como Ducrot (1977, 1981, 1987), Fauconnier (1994), Levinson (1983) e Marmaridou (2000), concordam que existem recorrências interessantes no que diz respeito à pressuposição: (a) a pressuposição é sensível à negação; (b) a pressuposição instaura o quadro discursivo,

⁷ Ducrot (1977), diferentemente de Austin (1962 [1990]), não aceita as condições subjetivas, significa dizer que a língua instaura, praticamente *per se*, os dados linguísticos e contextuais, engendrando uma forma particular de contexto, aos moldes ducrotianos. O caminho de uma análise linguística é o da língua para os dados pragmáticos (contextuais e discursivos) e não o dos dados pragmáticos (situacionacionais) para a língua.

sendo responsável pela dinâmica de distribuição dos papéis sociais entre os utentes e, finalmente, (c) a pressuposição surge de elementos possíveis de serem identificados, tais como, descrições definidas, verbos factivos, orações clivadas e pseudo-clivadas, verbos aspectuais e advérbios. No que concerne aos postulados da Linguística Cognitiva, além de se aplicarem conceitos tradicionais de análise da pressuposição, será também apresentada a descrição definida, considerando-a como gatilho capaz de disparar a pressuposição, acionando tipos específicos MCIs. Considera-se que a pressuposição seja responsável por disparar os MCIs. (MARMARIDOU, 2000)

Retorne-se à peça publicitária, alvo das discussões empreendidas na pesquisa. Tem-se aí o maior evento científico, expressão representada por uma descrição definida e que, sendo um gatilho disparador da pressuposição, aciona tanto um pressuposto de existência (a existência do evento), quanto um MCI de como compreender uma determinada situação social – o evento –, que pode ser assim constituído, conforme expresso na figura 2:

	MCI de evento	
	Pessoas reunidas	
	Data e local para essa reunião	
	Motivação	
	Agremiação	

FIGURA 2 – MCI de evento

Desse modo, nas experiências que temos com eventos, encontram-se estruturadas nas características de ordem básica que podem ser aplicadas a qualquer evento, o Modelo, diga-se, o protótipo da categoria. Isso é da ordem do cultural, e pode ser estabelecido também na ordem do linguístico. Nesse caso, enquanto as suposições de *background*, em segundo plano, realizam a referência (o próprio evento), no primeiro plano, as suposições de *foreground*, enquadram a categoria, delimitando o tipo de evento e as diferenças no enquadre de tal acontecimento com vistas à perspectiva do falante. Assim, nas suposições de figura, o MCI é especificado ((re)enquadrado), descrito na figura 3 a seguir:

MCI de evento científico	
Pessoas reunidas	
Data e local	
Apresentação de trabalhos científicos	
A comunidade acadêmica daquele local	

FIGURA 3 – MCI de evento científico

Enquadrando-se, têm-se pessoas reunidas, em determinada data e em determinado local, do tipo científico, que prevê circulação de idéias e de saberes específicos socialmente valorizados. No entanto, a especificação do Modelo só pode ser compreendida pelas experiências que nós, seres humanos, temos com os vários tipos e tamanhos de eventos ao longo da vida; enquadramos fatos, situações, acontecimentos, porque a experiência corporal e cultural no meio em que estamos inseridos propicia isso. Note-se que o Modelo não se transforma em outro Modelo, mas pode-se determiná-lo e (re)enquadrá-lo. Já no caso do intensificador, o maior evento científico, tem-se um valor motivado pela cultura e metaforicamente estabelecido (LAKOFF, 1987; LAKOFF e JOHNSON, 1987). Nessas condições, o que é maior pode ser tomado por melhor e o que é menor pode ser tomado por pior.

Tal acontecimento, qual seja, a participação no maior evento científico da América Latina, pode também ser descrito em termos da Moldura Comunicativa que evocam. Pressupõe-se de início o evento científico, que estará estruturando um determinado MCI, mas ao mesmo tempo enquadrado numa cena, num *script*, com papéis delimitados e algumas expectativas: eventos exigem, **pressupõem**, em sentido lato, convites, divulgação, apelos à participação, formulados via peça publicitária, o que pode ser assim estruturado:

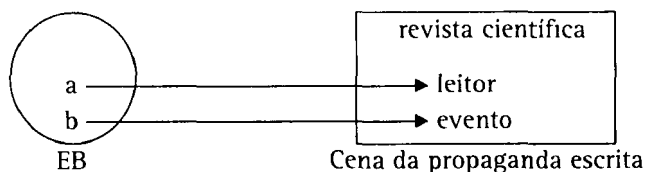


FIGURA 4 - Moldura Comunicativa da Propaganda escrita – adaptado de Miranda (1999)

Se numa oração do tipo *Joaninha vai à reunião anual da SBPC*, *Joaninha e reunião anual da SBPC* terão valores circunstanciais dentro de um esquema generalizado, diga-se um esquema maior de expectativa, em que (a, b) são projetados em um espaço mental de base (EB). No caso da propaganda em análise, estruturam-se os valores (a, b), ligando-se às funções leitor e evento, projetados num espaço base (EB) que representa a moldura comunicativa da cena *Propaganda escrita*. De modo bem simples, tem-se a revista, o leitor e o evento, acomodados numa ocorrência linguística que vem expressa em (10).

Dado esse esquema emergente, emoldurado pela cena, ora estruturada pelo MCI do maior evento científico, é que o referente será enquadrado. Nesse caso tem-se o evento num espaço base no qual o referente, já individualizado (o maior evento científico), já enquadrado, será projetado num espaço de referência, agora sem enquadramento.

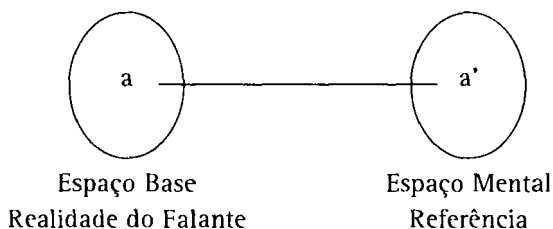


FIGURA 4 - Projeção da referência *o maior evento*
EB.....*o maior evento* (perspectiva do sujeito discursivo)
EM.....o evento = Referência
Gatilho.....A descrição definida *o maior evento científico*

Na perspectiva do falante, tem-se o evento enquadrado, pelos seus determinantes: maior, científico e da América Latina. Ao fazer o mapeamento dos domínios, pelo pressuposto de existência: o evento. Como nesse caso o referente não tem opacidade, e vem descrito da perspectiva discursiva do falante, é projetado do Espaço Base para o Espaço Mental. Com base no Princípio de Acesso um elemento em um espaço pode ser acessado por meio de uma descrição (ou nome) por alguma de suas contrapartes em outro espaço, usualmente um espaço serve de contraparte naquele estágio da construção do discurso. Nesse

caso, o pressuposto constrói o referente via espaço mental, no momento mesmo em que ocorre o discurso. Para Fauconnier (1997), descrições e nomes dados do ponto de vista do falante são referencialmente transparentes, não oferecendo grandes problemas em sua projeção.

6. CONCLUSÃO

Pressupor é realizar a referência, conduzido pela verificabilidade, defende Frege (1892 [1978]). Para Russell (1905 [1989]), pressupor tem o mesmo estatuto de afirmar, de atestar a existência, radicalmente, e nesse sentido próprio, a proposição deve atestar a realidade, particularizar, referenciar. Pressupor é unicizar, particularizar e também referenciar, mais do que a língua, *os falantes* é que pressupõem, afirma Strawson (1950 [1975]). Num sentido próprio de Austin (1962 [1990]), dizer a verdade, mais do que uma inferência, é uma atitude, é um ato ético, investido de condições felizes e infelizes, que tornam o ato realizável. Nesse direcionamento, pressupor é inferir dos atos de fala, com o valor atestado pelas condições de felicidade, na esfera do realizável. Pressupor é, vez por todas, implicitar, afirma Ducrot (1977, 1981, 1987), um procedimento que está inscrito na língua e dela se depreende, em níveis que se vão desdobrando dicotomicamente. Entrelaçado a esse fio, uma discussão pertinente: é a pressuposição um fenômeno eminentemente semântico, um fenômeno especialmente pragmático ou, ainda, um fenômeno tanto semântico quanto pragmático? Sob essa perspectiva, a discussão se concentra em ou conceder atenção aos dados linguísticos ou perceber as pressões exercidas pelo contexto. Percebe-se um sensível avanço promovido pela linguística diante das elucubrações filosóficas, o debate se avoluma em torno do fenômeno pressuposicional e outros detalhes são percebidos nas ocorrências pressuposicionais. Pressupor, então, inexoravelmente, compõe fundamentalmente o sentido.

Em meio ao surgimento de um outro paradigma de estudo da linguagem, a Linguística Cognitiva, sustentada pelo realismo experiencial, propõe-se, ainda, uma possibilidade de estudo da pressuposição, na defesa de uma abordagem que considere os aspectos cognitivos e encare a pressuposição como um processamento da mente. A Linguística Cognitiva, que pensa a

língua/linguagem como parte do aparato cognitivo geral humano, tem por assente que os sentidos são motivados e o signo linguístico está permanentemente subdeterminado, pois intrincados processamentos mentais subjazem à estrutura linguística quando do uso da língua. A produção de sentido é, de modos particulares, conduzida pela língua, a ponta aparente que faz-nos submergir nos complexos processamentos (MCIs e Espaços Mentais) operacionalizados pela mente para realizar as inferências, dentre elas o pressuposto. Chega-se à conclusão de que pressupor, desde a perspectiva da Linguística Cognitiva, desenvolvido na dissertação de mestrado aqui apresentada, é ativar Modelos Cognitivos Idealizados, por meio de gatilhos (triggers), e mapear domínios cognitivos por meio dos Espaços Mentais, tratando-se a pressuposição de modo unificado, considerando-o, junto com outros fenômenos de linguagem, um processamento mental e cognitivo, em que pese que aspectos semânticos e pragmáticos estejam integrados. Sem a pretensão de solucionar todas as questões, considera-se que desde esse ponto de vista teórico, pode-se ter uma saída, uma terceira via às vicissitudes do estudo da pressuposição.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas: Porto Alegre, 1990.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: Noções básicas e exercícios*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DUCROT, Oswald; ANSCOMBRE, J. C. *Provar e Dizer: linguagem e lógica*. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Nova Global, 1981.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Linguística Semântica: Dizer e não dizer*. Trad. Rodolfo Ilari, Carlos Vogt, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *A pragmática e o estudo semântico da língua*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mental Spaces*. Disponível em: <[www.http://terpconnect.umd.edu/~israel/Fauconnier-MentalSpaces.pdf](http://terpconnect.umd.edu/~israel/Fauconnier-MentalSpaces.pdf)> Acesso em 15 mai 2008.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cutrix, 1978.

ILARI, Rodolfo. *Semântica e Pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação*. Revista de Estudos da Linguagem, ano 9, v. 9, p. 109-162, jan./jun. 2000.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1984.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luís Carlos Borges; Anibal Mari. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARMARIDOU, Sophia S. A. *Pragmatic meaning and cognition*. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2000.

MIRANDA, Neusa Salim. *Domínios Conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. Veredas, Juiz de Fora, ano 2, v. 3, n.1, p. 81-95, jan./jun. 1999.

Propaganda da 58ª SBPC. CIÊNCIA HOJE: Revista de Divulgação Científica da SBPC, São Paulo, ano 38, jul. 2006.

RUSSEL, Bertrand. *Ensaios escolhidos: da denotação*. In: LACEY, Hugh Mattew. (Org.) *Os pensadores*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *Gramática e Interacao: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. Veredas, Juiz de Fora, ano1, n. 1, v. 1, p. 24-39, jul./dez. 1997.

STRAWSON, P. F. *Escritos Lógico-Linguísticos: sobre referir*. In SILVA, Osvaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. (Orgs.) *Os pensadores*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. 1 ed. São Paulo: Editora Abril, 1975.